



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314- 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266
www.camaraibiuna.sp.gov.br - e-mail: camaraibiuna@camaraibiuna.sp.gov.br

**PROJETO DE LEI Nº. 29/2025
DE 04 DE FEVEREIRO DE 2025.**

*“DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE PLACAS DE
ENERGIA SOLAR EM EDIFICAÇÕES PÚBLICAS E
PRIVADAS NO MUNICÍPIO DE IBIÚNA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.”*

MÁRIO PIRES DE OLIVEIRA, Prefeito em exercício da
Estância Turística de Ibiúna, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal da Estância
Turística de Ibiúna aprovou e ele sancionou e promulgou
a seguinte lei de autoria do nobre vereador **RODRIGO
BARBOSA DE MORAES LEITE**:

Art. 1º Esta lei estabelece diretrizes para a instalação de placas de
energia solar em edificações públicas e privadas no município de Ibiúna, visando
promover o uso sustentável da energia e reduzir a dependência de fontes não
renováveis.

Art. 2º Fica instituído o Programa Municipal de Incentivo à Energia
Solar, com os seguintes objetivos:

I - Fomentar a utilização de fontes de energia renovável,
especialmente a solar, contribuindo para a redução da emissão de gases do efeito
estufa;

II - Promover a eficiência energética nas edificações do município;



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314- 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266
www.camaraibiuna.sp.gov.br - e-mail: camaraibiuna@camaraibiuna.sp.gov.br

III - Reduzir os custos com energia elétrica para a administração pública e para os cidadãos;

IV - Sensibilizar e educar a população sobre a importância da sustentabilidade e do uso consciente dos recursos naturais.

Art. 3º As edificações públicas deverão ser obrigatoriamente dotadas de sistemas de energia solar fotovoltaica, respeitando as normas técnicas aplicáveis, nos seguintes casos:

I - Em novas construções ou ampliações;

II - Em reformas que impliquem mudanças significativas na estrutura ou no consumo energético da edificação.

Art. 4º Para edificações privadas, fica instituído um incentivo fiscal na forma de redução do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para proprietários que instalem sistemas de energia solar, conforme critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 5º O Poder Executivo municipal deverá:

I - Criar campanhas de conscientização sobre os benefícios da energia solar e seus impactos positivos no meio ambiente;

II - Disponibilizar informações sobre linhas de crédito e financiamentos para instalação de sistemas solares;

III - Estabelecer parcerias com instituições acadêmicas e organizações não governamentais para promover estudos e pesquisas sobre energias renováveis.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266
www.camaraibiuna.sp.gov.br - e-mail: camaraibiuna@camaraibiuna.sp.gov.br

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

**SALA DAS SESSÕES, VEREADOR RAIMUNDO DE
ALMEIDA LIMA, EM 4 DE FEVEREIRO DE 2025.**

DR. RODRIGO BARBOSA DE MORAES LEITE
VEREADOR



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266
www.camaraibiuna.sp.gov.br - e-mail: camaraibiuna@camaraibiuna.sp.gov.br

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 29/2025

A adoção da energia solar é uma estratégia essencial para promover a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico do município. Com a crescente demanda por fontes alternativas de energia, é fundamental que o poder público atue como agente facilitador dessa transição.

A instalação de placas solares não apenas reduz os custos com energia elétrica, mas também contribui significativamente para a diminuição das emissões de gases poluentes, alinhando-se aos compromissos globais em relação ao meio ambiente.

Este projeto visa garantir um futuro mais sustentável, proporcionando benefícios econômicos e ambientais tanto para o poder público quanto para os cidadãos. A conscientização sobre o uso consciente dos recursos naturais é uma responsabilidade coletiva que devemos assumir.

Conto com o apoio dos nobres colegas para aprovação deste projeto que visa um futuro mais limpo e sustentável para todos nós!

DE
SALA DAS SESSÕES VEREADOR RAIMUNDO
ALMEIDA LIMA, AOS 4 DE FEVEREIRO DE 2025.

DR. RODRIGO BARBOSA DE MORAES LEITE
VEREADOR



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP.

Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br

e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 029 de 2025 de autoria do Vereador Rodrigo Barbosa de Moraes Leite, foi protocolado na Secretaria Administrativa da Câmara no dia 04 de fevereiro de 2025, e conforme despacho do Sr. Presidente foi lido no expediente da Sessão Ordinária do dia 04 de fevereiro de 2025, e disponibilizado no site da Câmara.

Certifico mais, o Projeto de Lei nº. 029 de 2025 encontra-se à disposição das comissões para exararem parecer conforme despacho do Sr. Presidente.

Ibiúna, 05 de fevereiro de 2025.


Marcos Pires de Camargo
Diretor Geral



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Mauricio Barbosa Tavares Elias, 314- 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266
www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 029/2025

AUTORIA: VEREADOR LUCAS PIRES DE MORAES

Com fundamento no art. 38 do Regimento Interno desta Casa de Leis, esta Comissão de Justiça e Redação vem, respeitosamente, apresentar PARECER acerca do projeto de Lei nº 029/2025.

Ementa: O Vereador Rodrigo Barbosa apresentou para apreciação desta Câmara Municipal, no expediente da Sessão Ordinária do dia 04 de fevereiro de 2025, o Projeto de Lei Ordinária n.º 029/2025 que "DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE PLACAS DE ENERGIA SOLAR EM EDIFICAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NO MUNICÍPIO DE IBIÚNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que estabelece diretrizes para a instalação de placas de energia solar em edificações públicas e privadas no município de Ibiúna, com o objetivo de promover o uso sustentável da energia e reduzir a dependência de fontes não renováveis.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

Da competência Municipal

Com relação a legalidade matéria no que tange ao estabelecido no artigo 30 da Constituição Federal, acerca da competência Municipal em legislar sobre matérias semelhantes à atualmente em análise, entende esta comissão que



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314- 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266
www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

preenche os requisitos estabelecidos no inciso I do artigo supracitado artigo 30, haja vista tratar-se de matéria de interesse local. Diz o referido artigo:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local; (grifo do autor)

Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado

O artigo 225 da Constituição Federal estabelece que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, "o direito à integridade do meio ambiente é conceito amplo e abrangente, não se circunscrevendo à mera proteção paisagística. Representa a garantia de que a sobrevivência das gerações futuras não estará comprometida" (ADI 3.540/DF, Rel. Min. Celso de Mello).

Princípio do Desenvolvimento Sustentável

O presente projeto de lei está alinhado ao princípio do desenvolvimento sustentável, previsto na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, que busca conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental.

Segundo a doutrina de José Afonso da Silva, "o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades".



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Mauricio Barbosa Tavares Elias, 314- 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266
www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

Dever do Poder Público de Proteger o Meio Ambiente

O artigo 225 da Constituição Federal atribui ao Poder Público o dever de "preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas".

Conforme entendimento de Édis Milaré, "a proteção do meio ambiente é um dever não apenas do Poder Público, mas de toda a coletividade, pois é um bem de uso comum do povo".

Supremacia do Interesse Público

O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, amplamente aceito no Direito Administrativo, impõe que o interesse da coletividade prevaleça sobre interesses particulares. Assim, eventuais alegações de renúncia de receita decorrentes dos incentivos fiscais previstos neste projeto não podem se sobrepor ao interesse público de proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável.

Segundo entendimento do STF, "a proteção do meio ambiente é um valor constitucional que deve prevalecer sobre interesses meramente econômicos" (ADI 3.540/DF, Rel. Min. Celso de Mello).

Constitucionalidade e Legalidade do Projeto

Tendo em vista os fundamentos expostos, entendemos que o presente projeto de lei atende plenamente aos preceitos constitucionais e legais, especialmente no que se refere ao direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao princípio do desenvolvimento sustentável, ao dever do Poder Público de proteger o meio ambiente e à supremacia do interesse público.

01

10



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Mauricio Barbosa Tavares Elias, 314- 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266
www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opinamos FAVORAVELMENTE à tramitação do Projeto de Lei não havendo nada que impeça a apreciação do Douto Plenário.

É o Parecer, desta Comissão.

**SALA DAS COMISSÕES, VEREADOR JOÃO MELLO, EM 20 DE
FEVEREIRO DE 2025.**

VEREADOR LUCAS PIRES DE MORAES

Presidente da Comissão de Justiça e Redação

VEREADOR RODRIGO DE LIMA

Vice-Presidente da Comissão de Justiça e Redação

VEREADOR CARLOS EBUARDO GOMES

Membro da Comissão de Justiça e Redação



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266
www.camaraibiuna.sp.gov.br e-mail: camaraibiuna@camaraibiuna.sp.gov.br

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 29 de 2025

AUTORIA: - VEREADOR RODRIGO BARBOSA DE MORAES LEITE

RELATOR:- VEREADOR CARLOS ROBERTO MARQUES JÚNIOR

**COMISSÕES FINANÇAS E ORÇAMENTO; E OBRAS, SERVIÇOS
PÚBLICOS, SEGURANÇA PÚBLICA E ATIVIDADES PRIVADAS.**

O Vereador Rodrigo Barbosa de Moraes Leite apresentou para apreciação desta Casa de Leis no dia 04 de fevereiro de 2025, o Projeto de Lei nº. 29 de 2025 que “Dispõe sobre a instalação de placas de energia solar em edificações públicas e privadas no Município de Ibiúna e dá outras providências.

A Comissão de Justiça e Redação em análise a proposta original emitiu parecer favorável em 20 de fevereiro de 2025.

Sob o aspecto financeiro e orçamentário, a Comissão de Finanças e Orçamento emite parecer favorável, pois a proposta estabelece critérios para instalação de energia solar em edificações públicas, reduzindo os custos com energia elétrica, contribuindo significativamente para a diminuição das emissões de gases poluentes.

A Comissão de Obras, Serviços Públicos, Agricultura, Meio Ambiente, Segurança Pública e Atividades Privadas, quanto a sua competência, emite parecer favorável, pois a proposição visa garantir um futuro mais sustentável, proporcionando benefícios econômicos e ambientais tanto para o poder público quanto para os cidadãos.

Ao Plenário que é soberano em suas decisões.

É o parecer.

**SALA DAS COMISSÕES, VEREADOR JOÃO MELLO, EM 18 DE
MARÇO DE 2025.**

CARLOS ROBERTO MARQUES JÚNIOR
RELATOR - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

DEVANIR CANDIDO DE ANDRADE
VICE - PRESIDENTE

VOLNEI GALVÃO
MEMBRO

ABEL RODRIGUES DE CAMARGO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS,
AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, SEGURANÇA PÚBLICA E ATIVIDADES
PRIVADAS



COMISSÕES

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

"Vereador Rubens Xavier de Lima"

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266
www.camaraibiuna.sp.gov.br e-mail: camaraibiuna@camaraibiuna.sp.gov.br

Parecer Projeto de Lei nº. 29 de 2025 – fls. 02

B. A. L.

BENEDITO ALVES DOS SANTOS
VICE - PRESIDENTE

Adeilton

ADEILTON VIEIRA PINTO
MEMBRO



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP.

Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br

e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

CERTIDÃO:

Certifico que as Comissões de Finanças e Orçamento, e; Obras, Serviços Públicos, Agricultura, Meio Ambiente, Segurança Pública e Atividades Privadas apresentaram, no expediente da Sessão Ordinária do dia 25 de março de 2025, parecer em conjunto ao Projeto de Lei Nº 029 de 2025.

Certifico mais que o Projeto de Lei nº. 029 de 2025 aguarda inscrição para discussão e votação na Ordem do Dia.

Ibiúna, 25 de março de 2025.


Marcos Pires de Camargo
Diretor Geral